

TILAPICULTURA NO BRASIL E ENTRAVES NA PRODUÇÃO

Fábio Rosa Sussel, zootecnista, sussel@apta.sp.gov.br, pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Pirassununga, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, junho 2013

A aquicultura brasileira, apoiada em tilápias e algumas espécies nativas (pacu e pintado), é a segunda maior da América do Sul, perdendo apenas para a do Chile. A liderança na produção já foi ocupada por vários estados, e atualmente está no Nordeste, com destaque para o estado do Ceará. O mais importante, porém, é que em nenhuma região a produção encolheu. Novas áreas de cultivo, com novas tecnologias, fizeram com que outras regiões passassem a produzir mais. Além de novos investidores estarem entrando na atividade, o que se observa nas visitas a campo é que quem já se encontra produzindo vem ampliando as estruturas (tanques-rede de maior volume, despesca mecanizada, classificador de peixes, dentre outros expedientes).

A tilapicultura é a mais consolidada das criações de peixes no Brasil. A atividade teve seus altos e baixos, mas vem apresentando um crescimento sólido há mais de 10 anos (Figura 1). Os reveses serviram para ajustar e fortalecer os elos da cadeia de produção.

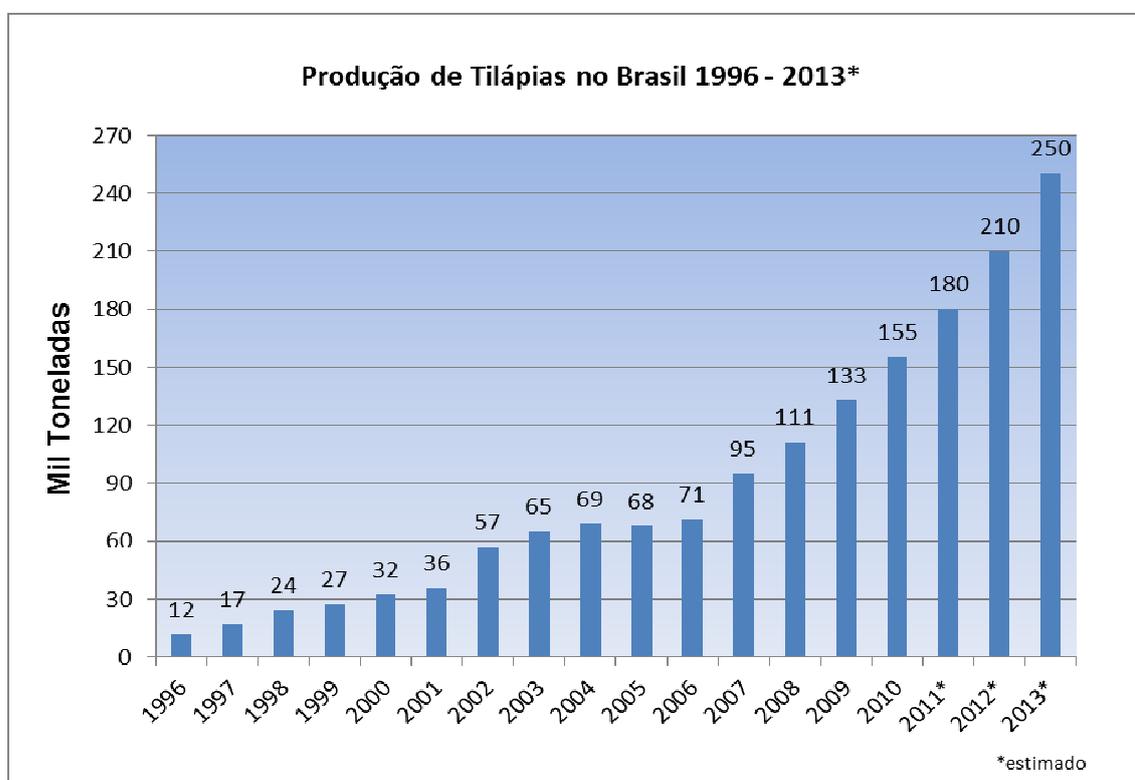


Figura 1. Produção de tilápias no Brasil: até 2007, IBAMA (2008); de 2008 a 2010, MPA; e de 2010 a 2013, estimativa Sussel, F.R.

Principais polos de produção

A produção concentra-se basicamente em três polos: Região Nordeste brasileira, Noroeste Paulista e Oeste Paranaense (Figura 2). O polo do Nordeste abrange duas áreas: os reservatórios do Rio São Francisco, na região de Paulo Afonso (BA), e os grandes açudes cearenses de Castanhão, Orós e Sítios Novos. O do Noroeste Paulista compreende a região de Santa Fé do Sul e os reservatórios do Rio Paraná, do Rio Grande e do baixo Rio Tietê. No oeste do Paraná predominam os tanques escavados. Há tendência de expansão da atividade nos reservatórios de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais, e no lago de Serra da Mesa, em Goiás. Em breve, é possível que essas áreas se configurem como um quarto polo de produção.



Figura 2. Principais polos de produção de tilápias no Brasil

Sistemas de produção

Até o final da década de 1990, a tilapicultura brasileira seguia um modelo semi-intensivo, desenvolvida em viveiros escavados e em reservatórios. A partir do ano 2000, piscicultores passaram a produzir em tanques-rede, sobretudo em águas da União – nos grandes reservatórios das hidrelétricas. Após alguns anos, necessários para alguns ajustes no novo sistema de produção, a tilapicultura começou a crescer vigorosamente, em especial a partir de 2007.

A maior parte dos tanques-rede utilizados na Região Nordeste do Brasil e no Noroeste Paulista tem volume de 6 a 20 metros cúbicos. Entretanto, alguns empreendimentos já utilizam equipamentos semelhantes aos da salmonicultura chilena, ou seja, tanques-rede de 240 a 300 m³ confeccionados com polietileno de alta densidade, máquina de despesca (Figura 3), classificador e alimentadores automáticos.



Figura 3. Tanques em PAD de grande volume e máquina de despesca

Escoamento da produção

O Brasil já chegou a exportar consideráveis volumes de filé de tilápia fresco para os EUA. Entretanto, a valorização do Real frente ao Dólar, sobretudo a partir de dezembro de 2006, inviabilizou a exportação. Deve-se ressaltar que a

produção brasileira de pescado está longe de atender à demanda interna. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, em 2012 o déficit da balança comercial de pescado foi de US\$ 1 bilhão.

Atualmente, toda a tilápia produzida fica no mercado interno. Enquanto nas regiões Sul e Sudeste, entre 75 e 85% da produção é vendida na forma de filé, na região Nordeste, a principal forma de comercialização é o peixe inteiro sem vísceras (Figura 4).



Figura 4. Tilápia inteira e processamento de tilápias no estado de São Paulo

De sabor delicado e com poucos espinhos na musculatura, a tilápia vem cada vez mais ganhando espaço nas gôndolas dos supermercados. Nem mesmo a importação de filés de panga e merluza do Alasca tiraram espaço da tilápia. Mesmo com preços bem inferiores aos da tilápia, o consumidor já aprendeu a identificar o diferencial de qualidade da tilápia brasileira. Tanto é, que nos últimos anos os preços da tilápia para o consumidor final apresentaram considerável aumento, pois a demanda é maior que a produção.

Incentivos à produção e principais gargalos

O principal incentivo para se produzir pescado no Brasil pode ser resumido em uma frase: vontade e raça do produtor brasileiro! Infelizmente, mas é a realidade. O país que mais possui água doce no mundo, um dos maiores produtores de grãos, o maior produtor mundial de proteína animal e com clima favorável nunca recebeu apoio para produzir. Absolutamente todos os *cases* de sucesso, que felizmente são vários, dos empreendimentos aquícolas foram através de investimentos próprios e com muito enfrentamento das questões ambientais.

Autonomia na produção de alimentos é uma questão estratégica para um país. Deveriam sim existir incentivos e estímulos à produção, porém, as primeiras

políticas públicas de efetiva importância para o setor são recentes, coisa de menos de dois anos. Portanto, ainda é cedo para avaliá-las, já que se encontram em fase de implementações.

Dentre estas ações, destaque para a transferência dos processos de licenciamento ambiental aos estados. Este, sem sombra de dúvida, o maior dos entraves. Disponibilização de créditos para o setor nunca faltou; o problema sempre foi ter acesso ao crédito, pois esbarra-se no licenciamento ambiental.

Constata-se que no mundo, enquanto 30% da humanidade sofrem de fome, outros 30% apresentam problemas de obesidade. A carne de peixe e seus derivados são capazes de contribuir significativamente para minimizar os dois casos. E, no país com a maior reserva de água doce do planeta (12%) e um litoral com 8.500 km de extensão, ainda se discutem regras para o licenciamento ambiental. Ressalta-se que o efetivo êxito zootécnico na produção de organismos aquáticos só é possível em ambientes de qualidade. Há uma relação direta entre o aumento de compostos orgânicos e inorgânicos na água e a redução da produtividade. Portanto, a aquicultura é uma atividade que tem de ser sustentável por si só, pois, caso contrário, ela se torna inviável economicamente.

É de um grande contrassenso indústrias e cidades terem suas respectivas licenças para lançamentos de resíduos em rios, enquanto a aquicultura, atividade que mais depende da qualidade da água, não consegue licença para produzir alimentos.

Espécies exóticas e híbridos

Seguramente, mais de 90% dos alimentos que consumimos em nosso dia a dia (feijão carioca, arroz, carne bovina, frango, mel, laranja,...) são exóticos e híbridos ao mesmo tempo. Há centenas de anos que estas plantas e animais foram introduzidos no Brasil, melhorados geneticamente, e hoje assumem papel imprescindível tanto no fornecimento de alimentos aos brasileiros quanto para o mundo, já que somos um dos maiores exportadores de tais produtos. Sem dúvida, seria pertinente que tudo fosse produzido o mais ecologicamente correto, porém é necessário pensar também no desenvolvimento da sociedade. E aí, a “conta” do sustentável tem de fechar com a “conta” do social.

Exatamente como nos demais segmentos produtores de alimentos, a aquicultura brasileira vem se desenvolvendo com espécies exóticas e híbridas (tilápia, camarão marinho, os híbridos do pintado e os híbridos do pacu). Nota-se que há forte pressão por parte de ONGs e ambientalistas, posicionando-se contra estes

cultivos. Paradoxalmente, constata-se que não existe comprovação científica de que algumas destas espécies híbridas ou exóticas tenham causado algum tipo de dano ambiental de relevância, enquanto que a lista de rios “mortos” e seriamente comprometidos (Tietê, Pinheiros, Piracicaba,...) por indústrias urbanas é vasta. Ou seja, indústrias que não dependem dos rios podem lançar o que quiserem nestes, enquanto para a produção de alimentos num corpo de água há sérias restrições.

Portanto, aos ambientalistas realmente imbuídos da nobre missão de conservar os ecossistemas aquáticos fica o registro de que há pontos e questões de maior relevância do que a criação peixes ou camarões exóticos/híbridos. A criação de espécies exóticas ou híbridas não se dá por modismo, mas por maior eficiência produtiva.

Rumos da Aquicultura Brasileira

Por fim, registra-se que a aquicultura no Brasil, em especial a criação de tilápias, é uma atividade do agronegócio com pacote tecnológico de produção estabelecido. Absolutamente todos os elos das cadeias produtivas (tilápias, espécies nativas, camarões) encontram-se bem definidos. Já mostraram ser viáveis financeiramente e sustentável ambientalmente.

Porém, caberá aos tomadores de decisões nas esferas governamentais decidir se o país que indiscutivelmente possui o maior potencial de produção será eternamente um produtor doméstico ou partirá para a produção industrial. Definições nas regras para licenciamento ambiental com vistas ao subsequente acesso ao crédito é que determinarão qual rumo o Brasil irá tomar.

Somente a partir da legalização dos empreendimentos aquícolas é que será possível o estabelecimento de políticas públicas com o intuito de fomentar atividade.

Críticas e sugestões: sussel@apta.sp.gov.br

Revisão do texto: Márcia Navarro Cipólli, navarro98@gmail.com